tado: revolucionário, socialista, historiador, jornalista, panfletário, filósofo, poeta....

A sua obra completa encontra-se hoje, felizmente, reeditada pela « Bibliothèque de la Pléiade », pelo que se torna possível relê-lo no novo horizonte de compreensão que é o do tempo presente, certos de que relê-lo é subverter os nossos hábitos adquiridos e, como atrás ficou dito, deixarmos-nos interpretar por ele no seu génio de pensador de seu tempo com os olhos na evolução da história futura.

Não sendo fácil resumir aqui o denso conteúdo dos estudos dos autores que sobre ele se debruçaram, apresentamos as grandes perspectivas a que o colóquio obedeceu e que aqui estão reflectidas: 1) Relações; 2) Reflexões; 3) Regressos; 4) Réplicas; 5) Retomas. São autores dos estudos: Pauline Bruley, Benoît Chantre, Jean-Louis Chrétien, Emmanuel Falque, Alain Finkielkraut, Philippe Grosos, Jacques Julliard, Pierre Manent, Yann Moix, Jean-François Petit, Jean-Michel Rey, Camille Riquier, Alexandre de Vitry e Frédéric Worms.

JORGE COUTINHO

POULAT, Émile, **Le désir de voir Dieu et sa signification pour la théologie française contemporaine**, suivi d'un entretien avec Yvon Tranvouez et François Trémolières, Desclée de Brouwer (Groupe Artège : www.artege.fr), Paris, 2015, 358 p., 235 x 150, ISBN 978-2-220-06703-2.

Este ensaio de Émile Poulat – investigador e, durante muitos anos, director de investigação do CNRS e também director da École des hautes études sociales, especialista na temática da laicidade – foi escrito em 1949, quando o autor, ainda jovem, era leitor na Universidade de Fribourg-in-

-Brigau. Nesse tempo debatia-se bastante o tema do desejo de Deus como via de acesso a Ele. Era um tema da tradição tomista, embora de raízes mais antigas, nomeadamente platónicas e agostinianas. O autor faleceu em 2014. A decisão de o publicar agora, a uma grande distancia da sua escrita, é explicada por Poulat, em posfácio, nos seguintes termos: «Não pudemos defender-nos de uma impressão de mal-estar ao seguir as discussões sobre as noções de apetite, de desejo, de poder, flores secas de um velho herbanário, que haviam sido outrora vivas e perfumadas mas de que temos hoje dificuldade em lhes encontrar a presença familiar». Ele fazia apelo a uma filosofia da «experiência vivida», na senda de Maurice Blondel.

O texto de Poulat é precedido de uma introdução relativamente extensa (pp. 7-50), escrita pelo editor do texto, François Trémolières. Nela é explicado o contexto da sua escrita, bem como o sentido global do mesmo. Por sua vez, Poulat começa, ele mesmo, por se debruçar sobre a história e o desafio da controvérsia sobre o tema ao tempo em que escreveu o seu livro (1949). Em capítulos seguintes, versa sucessivamente sobre os elementos do problema, o respeito do mistério (com preocupação de salvaguarda da transcendência e seus graus, sobre o papel da fé e sobre o necessário esforço de orientação para a racionalidade). Reflecte a seguir sobre a metafísica do desejo (teoria do desejo condicional, querer perfeito e querer condicional, desejo inato e problema da finalidade, etc.). O único fim do espírito é o tema do capítulo V, onde reflecte sobre a condição da criatura espiritual e o sentido da criação, a teoria da «natureza pura», a ideia de natureza e a revelação cristã, o equilíbrio e a ambiguidade do tomismo. O capítulo VI leva por título «Sob o signo da separação». É um capítulo em que Poulat

estuda e expõe sobre a herança tomista sobre este tema, sob a dominância de uma cultura e de um pensamento religiosos, e a separação da inspiração religiosa e sobrenatural que adveio com a emergência do pensamento moderno ou, como se exprime, do naturalismo moderno. Em complemento a este capítulo, expõe a situação da apologética em 1893, uma data que marca a agudização do desenvolvimento daquele pensamento naturalista e secularizante. O último capítulo procura uma visão integral do problema, com subtemas como o apelo do transcendente no desdobramento do agir, o filósofo e o sobrenatural, os teólogos e o pensamento blondeliano, a assunção teológica da natureza.

O livro contém ainda um anexo, que constitui o seu último capítulo (escrito no ano seguinte (1950) sobre «Antagonismos e afinidades». Aí reflecte Poulat sobre temas como a atitude do sábio na cidade, agustinismo e aristotelismo e a essência contra a existência.

Seguem-se o posfácio e o testamento espiritual de Poulat e a sua extensa bibliografia activa (299-354), estabelecida por Yvon Tranvouez.

JORGE COUTINHO

BERNARD, Jean-Alphonse, *Éloge du droit naturel*, Desclée de Brouwer (www.editionsddb.fr), Paris, 2015, 274 p., 225 x 140, ISBN 978-2-22006-709-4.

Num tempo de generalizado positivismo jurídico (a par de outros) – nada nos precede como dado: tudo é posto ou feito pelo homem – ou, se preferirmos, de «culturalismo integral» – não há o que em outros tempos se considerou como «natureza» e nada de nela fundado ou «natural»: tudo é produto da cultura,

variando conforme os tempos e os lugares – tempo em que, como consequência, assistimos a um generalizado relativismo, jurídico como moral, num tempo assim, um título como o deste livro tem o seu quê de corajoso e de provocatório. O autor teve, efectivamente, coragem de enfrentar esta situação, comum entre os políticos, os juristas e os intelectuais em geral, contrária, todavia, àquilo que é designado como o senso comum ou a uma verdadeira sabedoria. Tempo, por isso, de insensatez e de impasses em muitas coisas, que não existiriam se houvesse homens mais sábios e menos «sabidos».

Mas o autor não teve apenas coragem. Ele teve – tem – as suas armas bem preparadas. E estas são as da sua inteligência e do seu estudo dos fundamentos da tese que afirma haver uma natureza e um direito natural. Quando muitos pensam que a ciência (positiva) acabou por permitir passar-se sem ela, procura mostrar que uma leitura generosa dos trabalhos dos sociólogos e dos antropólogos revela, ao contrário, os limites de um «culturalismo integral», fazendo apelo a uma natureza humana e, com isso, a uma lei natural.

No seu estudo, dividido em três partes, começa por expor o pensamento de dois autores que, inseridos em plena «crise da consciência europeia» (Paul Hazard), fizeram a ponte entre a tradição e a modernidade. Trata-se de John Locke e de Montesquieu. A sua releitura atenta mostra que, em pleno século das Luzes, a ideia de lei natural esteve mais presente do que possa pensar-se. Na segunda parte, J.-A. Bernard explora o que considera a base comum: desde a tradição grega, com a sua ideia de natureza, de onde os Antigos tiraram a ideia da lei, seja natural seja convencional, examina o contributo do cristianismo que, com Tomás de Aquino, irá distinguir entre lei natural e lei revelada.